

Diogo de Figueiredo Moreira Neto

CURSO DE DIREITO ADMINISTRATIVO

Parte Introdutória • Parte Geral • Parte Especial

16ª edição
revista e atualizada



Rio de Janeiro

- ❏ A EDITORA FORENSE se responsabiliza pelos vícios do produto no que concerne à sua edição (impressão e apresentação a fim de possibilitar ao consumidor bem manuseá-lo e lê-lo). Nem a editora nem o autor assumem qualquer responsabilidade por eventuais danos ou perdas a pessoa ou bens, decorrentes do uso da presente obra.

Todos os direitos reservados. Nos termos da Lei que resguarda os direitos autorais, é proibida a reprodução total ou parcial de qualquer forma ou por qualquer meio, eletrônico ou mecânico, inclusive através de processos xerográficos, fotocópia e gravação, sem permissão por escrito do autor e do editor.

Impresso no Brasil – *Printed in Brazil*

- ❏ Direitos exclusivos para o Brasil na língua portuguesa

Copyright © 2014 by

EDITORA FORENSE LTDA.

Uma editora integrante do GEN | Grupo Editorial Nacional

Travessa do Ouvidor, 11 – Térreo e 6º andar – 20040-040 – Rio de Janeiro – RJ

Tel.: (21) 3543-0770 – Fax: (21) 3543-0896

forense@grupogen.com.br | www.grupogen.com.br

- ❏ O titular cuja obra seja fraudulentamente reproduzida, divulgada ou de qualquer forma utilizada poderá requerer a apreensão dos exemplares reproduzidos ou a suspensão da divulgação, sem prejuízo da indenização cabível (art. 102 da Lei n. 9.610, de 19.02.1998).

Quem vender, expuser à venda, ocultar, adquirir, distribuir, tiver em depósito ou utilizar obra ou fonograma reproduzidos com fraude, com a finalidade de vender, obter ganho, vantagem, proveito, lucro direto ou indireto, para si ou para outrem, será solidariamente responsável com o contrafator, nos termos dos artigos precedentes, respondendo como contrafatores o importador e o distribuidor em caso de reprodução no exterior (art. 104 da Lei n. 9.610/98).

- ❏ Capa: Danilo Oliveira

- ❏ 1ª edição – 1970/1971 / 16ª edição – 2014

- ❏ CIP – Brasil. Catalogação na fonte.
Sindicato Nacional dos Editores de Livros, RJ.

Moreira Neto, Diogo de Figueiredo

Curso de direito administrativo: parte introdutória, parte geral e parte especial / Diogo de Figueiredo Moreira Neto. – 16. ed. rev. e atual. – Rio de Janeiro : Forense, 2014.

ISBN: 978-85-309-3967-0

1. Direito administrativo. I. Título.

SUMÁRIO

Índice dos quadros esquemáticos.....	LVII
--------------------------------------	------

I - PARTE INTRODUTÓRIA

Capítulo I

O ESTADO E A ORDEM JURÍDICA

1. O Estado e seus elementos constitutivos.....	3
2. Organização política e jurídica.....	4
3. Interesses, direitos e Direito.....	4
4. Ordem jurídica.....	7
5. Os conflitos de interesses e o Direito Público.....	8
6. O Estado e o Direito.....	13

Capítulo II

ORGANIZAÇÃO E FUNÇÕES DO ESTADO

7. Poderes do Estado.....	17
8. Órgãos e funções.....	18
9. Análise das funções do Estado.....	20
9.1. Função normativa.....	20
9.2. Função jurisdicional.....	20
9.3. Função administrativa.....	21
9.4. Função política.....	22
10. Distribuição de funções entre os órgãos do Estado no Direito Constitucional brasileiro.....	23
10.1. Função normativa.....	23
10.2. Função jurisdicional.....	24
10.3. Função administrativa.....	25
10.4. Funções de fiscalização, controle, zeladoria, provocação e defesa.....	28
11. Delegação de funções.....	30
11.1. Delegação de funções de Poder a Poder.....	30

11.2. Delegação de funções de órgão a órgão, dentro do mesmo Poder	30
11.3. Delegação de funções de uma unidade federada a outra	31
11.4. Delegação de funções a particulares.....	31
11.5. Deslegalização.....	32

Capítulo III

SISTEMA FEDERATIVO BRASILEIRO

12. Soberania e autonomia	33
13. Federação.....	34
14. Integração administrativa: o federalismo brasileiro.....	35

II – PARTE GERAL

Capítulo IV

O DIREITO ADMINISTRATIVO

15. Conceito de direito administrativo.....	41
15.1. Grupo de conceitos limitativos.....	42
15.2. Grupo de conceitos ampliativos	43
15.3. O conceito.....	45
16. Taxinomia do direito administrativo	47
16.1. Relações com as demais disciplinas jurídicas	48
16.2. Relações com disciplinas não jurídicas.....	50
17. Evolução histórica e indicações bibliográficas do direito administrativo.....	51
17.1. França.....	52
17.2. Alemanha	53
17.3. Itália.....	55
17.4. Espanha.....	56
17.5. Portugal.....	57
17.6. Inglaterra	57
17.7. Estados unidos	57
17.8. Áustria.....	58
17.9. Suíça	58
17.10. Grécia.....	58
17.11. Bélgica.....	58
17.12. Argentina.....	58
17.13. Cuba	59
17.14. México.....	59
17.15. Peru	59

17.16. Chile.....	59
17.17. Colômbia.....	59
17.18. Bolívia.....	60
17.19. Uruguai.....	60
17.20. Venezuela.....	60
17.21. Japão.....	60
17.22. Equador.....	60
17.23. Brasil.....	60
18. Fontes do Direito Administrativo.....	63
18.1. Fontes organizadas.....	64
18.1.1. A norma jurídica.....	64
18.1.2. A Constituição.....	64
18.1.3. A norma legal.....	65
18.1.4. A doutrina.....	71
18.1.5. A jurisprudência.....	71
18.2. Fontes inorganizadas.....	72
18.2.1. O costume.....	72
18.2.2. A praxe administrativa.....	72
18.3. O constitucionalismo contemporâneo e o Direito Administrativo.....	73

Capítulo V

PRINCÍPIOS INFORMATIVOS E INTERPRETATIVOS

19. Principiologia jurídica.....	75
19.1. Conceito de princípios.....	75
19.2. Eficácia dos princípios.....	77
19.3. Hierarquização e classificação dos princípios.....	78
19.4. Aplicação dos princípios jurídicos.....	80
20. Principiologia do direito administrativo.....	81
20.1. Princípios fundamentais.....	81
20.1.1. Princípio da segurança jurídica.....	81
20.1.2. Princípio republicano.....	82
20.1.3. Princípio democrático.....	82
20.1.4. Princípio da cidadania.....	82
20.1.5. Princípio da dignidade da pessoa humana.....	83
20.1.6. Princípio da participação.....	83
20.2. Princípios gerais do Direito.....	84
20.2.1. Princípio da juridicidade.....	85
20.2.2. Princípio da legalidade.....	85
20.2.3. Princípio da legitimidade.....	86

20.2.4.	Princípio da igualdade.....	87
20.2.5.	Princípio da publicidade	87
20.2.6.	Princípio da realidade.....	88
20.2.7.	Princípio da responsabilidade	89
20.2.8.	Princípio da responsividade.....	89
20.2.9.	Princípio da sindicabilidade	90
20.2.10.	Princípio da sancionabilidade	91
20.2.11.	Princípio da ponderação	91
20.3.	Princípios gerais do Direito Público	92
20.3.1.	Princípio da subsidiariedade.....	93
20.3.2.	Princípio da presunção de validade.....	94
20.3.3.	Princípio da indisponibilidade do interesse público.....	95
20.3.4.	Princípio do devido processo da lei.....	97
20.3.5.	Princípio da motivação.....	97
20.3.6.	Princípio do contraditório	98
20.3.7.	Princípio da descentralização	99
20.4.	Princípios gerais do Direito Administrativo	100
20.4.1.	Princípio da finalidade	100
20.4.2.	Princípio da impessoalidade.....	101
20.4.3.	Princípio da moralidade administrativa.....	102
20.4.4.	Princípio da discricionariedade.....	105
20.4.5.	Princípio da consensualidade	107
20.4.6.	Princípio da razoabilidade	107
20.4.7.	Princípio da proporcionalidade.....	109
20.4.8.	Princípio da executoriedade	110
20.4.9.	Princípio da continuidade.....	111
20.4.10.	Princípio da especialidade.....	112
20.4.11.	Princípio hierárquico.....	112
20.4.12.	Princípio monocrático	113
20.4.13.	Princípio do colegiado.....	113
20.4.14.	Princípio disciplinar	114
20.4.15.	Princípio da eficiência	115
20.4.16.	Princípio da economicidade	116
20.4.17.	Princípio da autotutela.....	116
20.4.18.	Princípio da boa administração.....	117
20.4.19.	Princípio da coerência administrativa	118
20.5.	Princípios setoriais do Direito Administrativo	119
21.	Interpretação no Direito Administrativo.....	119
21.1.	Técnica de interpretação	119
21.2.	Técnica de integração.....	121

Capítulo VI

ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

22.	Conceito de Administração Pública.....	123
23.	Administração Pública e Política.....	124
24.	Administração Pública e Direito	125
	24.1. Vinculação à lei.....	125
	24.2. Vinculação ao Direito.....	127
25.	Classificação das atividades administrativas Públicas segundo a natureza dos interesses.....	128
	25.1. Administração Pública extroversa e introversa.....	128
	25.2. Administração Pública extroversa	129
	25.2.1. A polícia	129
	25.2.2. Os serviços públicos.....	129
	25.2.3. O ordenamento econômico	130
	25.2.4. O ordenamento social.....	130
	25.2.5. O fomento público	131
	25.3. Administração Pública introversa.....	131
26.	Gestão e descentralização da administração dos interesses públicos.....	133
	26.1. A descentralização territorial	135
	26.2. A descentralização funcional.....	136
	26.3. A descentralização hierárquica.....	136
	26.4. A descentralização por delegação.....	136
	26.5. A descentralização setorial.....	137
	26.6. A descentralização social	137
27.	Funções administrativas do Estado.....	138
28.	Classificação da execução administrativa dos interesses públicos.....	139
	28.1. Execução direta da administração pública dos interesses públicos.....	140
	28.2. Execução indireta da administração pública dos interesses públicos.....	140
	28.3. Execução da administração privada dos interesses públicos.....	140
29.	A administração pública e o Estado contemporâneo.....	141

Capítulo VII

CONSTITUIÇÃO DA RELAÇÃO JURÍDICA ADMINISTRATIVA

30.	Generalidades sobre a relação jurídica administrativa.....	145
	30.1. Efeitos jurídicos da manifestação de vontade.....	145
	30.2. Relações jurídicas.....	147

Seção I

O Ato Administrativo

31.	O conceito de ato administrativo.....	150
-----	---------------------------------------	-----

32.	Elementos constitutivos do ato administrativo.....	152
32.1.	Competência.....	152
32.2.	Finalidade.....	153
32.3.	Forma.....	153
32.4.	Motivo.....	154
32.5.	Objeto.....	155
33.	Características do ato administrativo.....	156
33.1.	Imperatividade.....	156
33.2.	Existência.....	157
33.3.	Validade.....	157
33.4.	Eficácia.....	157
33.5.	Exequibilidade.....	158
33.6.	Executoriedade.....	158
33.7.	Efetividade.....	160
33.8.	Relatividade.....	161
34.	Classificações do ato administrativo.....	161
34.1.	Crítério da natureza da relação.....	162
34.2.	Crítério da competência.....	163
34.3.	Crítério da formação da vontade da Administração.....	164
34.4.	Crítério da existência.....	165
34.5.	Crítério da validade.....	165
34.6.	Crítério da eficácia.....	166
34.7.	Crítério da exequibilidade.....	167
34.8.	Crítério da executoriedade.....	167
34.9.	Crítério da originalidade do objeto.....	167
34.10.	Crítério da articulação do objeto.....	168
34.11.	Crítério relacional do objeto.....	168
34.12.	Crítério da extensão dos efeitos.....	169
34.13.	Crítério da retratabilidade.....	169
34.14.	Crítério da duração dos efeitos.....	171
34.15.	Crítério da forma.....	171
34.16.	Crítério misto dos efeitos visados e da forma.....	172
34.16.1.	Atos administrativos normativos.....	172
34.16.2.	Atos administrativos ordinatórios.....	173
34.16.3.	Atos administrativos negociais.....	173
34.16.4.	Atos administrativos enunciativos.....	174
34.16.5.	Atos administrativos punitivos.....	175
35.	Processo administrativo.....	176

Seção II

Contrato Administrativo

36.	Conceito de contrato administrativo.....	179
-----	--	-----

36.1.	Conceituação.....	179
36.2.	Legislação	181
37.	Elementos constitutivos do contrato administrativo.....	182
37.1.	Competência	183
37.2.	Finalidade.....	183
37.3.	Forma.....	183
37.4.	Motivo.....	183
37.5.	Objeto.....	183
37.6.	Capacidade.....	184
37.7.	Consenso	184
38.	Características do contrato administrativo	185
38.1.	Imperatividade.....	186
38.2.	Existência.....	186
38.3.	Validade	187
38.4.	Eficácia.....	187
38.5.	Exequibilidade	187
38.6.	Executoriedade	187
38.7.	Bilateralidade	188
38.8.	Comutatividade	188
38.9.	Onerosidade	190
38.10.	Instabilidade.....	190
38.11.	Pessoalidade	191
39.	Os contratos administrativos na legislação.....	191
39.1.	Generalidades	192
39.2.	Contratos administrativos em espécie.....	193
39.3.	Acordos.....	195
39.4.	Prescrições financeiras sobre contratos celebrados pela Administração	195
39.5.	Execução de fato.....	196
39.6.	Observações finais sobre os contratos Administrativos.....	196

Seção III

Licitações

40.	Conceito de licitação.....	197
41.	Princípios setoriais da licitação.....	198
42.	As licitações no direito positivo	200
42.1.	Modalidades licitatórias.....	201
42.2.	Afastamento da licitação	202
42.3.	Habilitação.....	202
42.4.	Processo e julgamento	203
42.5.	Inabilitação, desclassificação, revogação e anulação	204
42.6.	O Regime Diferenciado de Contratações Públicas – RDC	204

Seção IV

Ato Administrativo Complexo

43.	Conceito de ato administrativo complexo.....	206
44.	Elementos e características do ato administrativo complexo	209
44.1.	Elementos do ato administrativo complexo	209
44.2.	Características do ato administrativo complexo.....	209
45.	Atos administrativos complexos em espécie	211
45.1.	Convênio	211
45.2.	Consórcio	211
45.3.	Acordo de programa.....	212
45.4.	Contrato de gestão	213
45.4.1.	Contrato de gestão constitucional.....	214
45.4.2.	Contratos de gestão infraconstitucionais	214
45.5.	Contrato de gestão de organizações sociais	214
45.6.	Termo de parceria de organizações da sociedade civil de interesse público ...	215
45.7.	Acordo substitutivo	215

Capítulo VIII

DESCONSTITUIÇÃO DA RELAÇÃO JURÍDICA ADMINISTRATIVA

46.	Generalidades sobre a juridicidade da ação administrativa.....	219
46.1.	Ilegalidade	219
46.2.	Ilegitimidade	219
46.3.	Ilicitude.....	220
46.4.	Síntese	220

Seção I

Desfazimento do Ato Administrativo

47.	Espécies de desfazimento do ato administrativo.....	221
48.	Nulidade do ato administrativo	221
48.1.	Nulidade por defeito de competência	223
48.1.1.	Usurpação de competência	223
48.1.2.	Abuso de competência.....	223
48.1.3.	Invasão de competência.....	224
48.2.	Nulidade por defeito de finalidade	224
48.3.	Nulidade por defeito de forma	225
48.4.	Nulidade por defeito de motivo	225
48.5.	Nulidade por defeito de objeto.....	226
49.	Anulação do ato administrativo.....	226
50.	Desfazimento do ato administrativo por motivos de mérito	229
51.	Revogação do ato administrativo	230

Seção II

Desfazimento do Contrato Administrativo

52.	Tipos de desfazimento do contrato administrativo	231
52.1.	Desfazimento fundado na lei: anulação	232
52.2.	Desfazimento fundado no interesse público: denúncia	232
52.3.	Desfazimentos fundados nas cláusulas do contrato: rescisão e reversão	233
52.4.	Desfazimentos fundados na ulterior vontade das partes: distrato e renúncia	234

Seção III

Desfazimento do Ato Administrativo Complexo

53.	Tipos de desfazimento do ato administrativo complexo	234
53.1.	Desfazimento fundado na lei: anulação	235
53.2.	Desfazimento fundado no interesse público: denúncia	235
53.3.	Desfazimento fundado nas cláusulas do ato complexo: rescisão	235
53.4.	Desfazimento por ulterior vontade das partes: distrato	236
53.5.	Peculiaridades dos contratos de gestão e termos de parceria	236

Capítulo IX

**APERFEIÇOAMENTO DA RELAÇÃO JURÍDICA ADMINISTRATIVA
COM DEFEITO DE LEGALIDADE - SANATÓRIA**

54.	O instituto da sanatória	239
55.	Atos sanatórios: ratificação, reforma e conversão	241
55.1.	Ratificação	241
55.2.	Reforma	241
55.3.	Conversão	241
56.	Fato sanatório: prescrição	242
56.1.	Prescrição e decadência	242

Capítulo X

CONTROLE DE JURIDICIDADE

57.	Princípio da juridicidade	245
57.1.	Conceituação	245
57.2.	Atuação	247
58.	Sistemas de controle de juridicidade	247
58.1.	Órgãos de controle judicial	249
58.1.1.	Órgãos judicantes da Administração	249

58.1.2.	Órgãos judicantes do Judiciário.....	249
58.1.3.	Órgãos judicantes especializados do Judiciário	250
58.2.	Objeto do controle	250
59.	Classificações do controle de juridicidade da atividade administrativa	251
59.1.	Critério da competência.....	252
59.2.	Critério da finalidade.....	252
59.3.	Critério da forma.....	252
59.3.1.	Controle da juridicidade objetiva.....	252
59.3.2.	Controle da juridicidade subjetiva	253
59.4.	Critério do motivo	253
59.5.	Critério do objeto.....	253
59.5.1.	Controle de fiscalização.....	253
59.5.2.	Controle de promoção.....	254
59.5.3.	Controle de correção.....	254
60.	Controle administrativo – Autocontrole	254
61.	Controle parlamentar	255
61.1.	Controle parlamentar de correção	255
61.1.1.	Controle parlamentar de correção pelo Congresso Nacional.....	255
61.1.2.	Controle parlamentar de correção pela Câmara dos Deputados.....	256
61.1.3.	Controle parlamentar de correção pelo Senado Federal	256
61.1.4.	Controle de correção exercido pelo Tribunal de Contas, no desempenho de sua competência constitucional independente de controle externo financeiro-orçamentário.....	256
61.2.	Controle parlamentar de fiscalização.....	257
61.2.1.	Controle de fiscalização pelo Congresso Nacional, por qualquer de suas Casas.....	257
61.2.2.	Controle parlamentar de fiscalização pelas Casas Legislativas separadamente ou por qualquer de suas Comissões	258
61.2.3.	Controle parlamentar de fiscalização pela Câmara dos Deputados...	258
61.3.	Controle constitucional autônomo de fiscalização através do Tribunal de Contas	258
62.	Controle judiciário.....	259
62.1.	Natureza do controle judicial.....	260
62.2.	Competência para o controle judicial	260
63.	Restrições ao controle judiciário	260
63.1.	Restrições quanto à matéria	260
63.2.	Restrições quanto à amplitude do controle.....	261
63.3.	Restrições quanto à oportunidade do pronunciamento.....	263
63.4.	Restrições quanto à extensão do pronunciamento	264

III - PARTE ESPECIAL

Capítulo XI

ENTES ADMINISTRATIVOS

64. Sujeitos da relação jurídica administrativa.....	269
65. Personificação de direito público interno.....	270
65.1. Interesse público.....	272
65.2. Vontade estatal.....	273
65.3. Níveis de personificação dos entes administrativos.....	273
65.4. Órgãos administrativos despersonalizados anômalos.....	274

Seção I

Administração Direta

66. Administração direta federal – A União.....	275
67. Administração direta dos Estados.....	276
68. Administração direta do Distrito Federal.....	276
69. Administração direta dos municípios.....	277
69.1. Poderes municipais pré-constituídos.....	277
69.2. A competência supletiva municipal.....	278
69.3. Organização e controle.....	279
70. Administração direta dos territórios.....	279
71. Administração direta do estado do Rio de Janeiro.....	279

Seção II

Administração Indireta

72. Administração indireta por pessoas de direito público – As autarquias.....	280
73. Classificação das autarquias.....	282
73.1. Critério do campo de atuação administrativa.....	282
73.2. Critério das peculiaridades de seu regime.....	283
73.2.1. Autarquias ordinárias.....	283
73.2.2. Autarquias especiais.....	283
73.2.3. Autarquias territoriais.....	284
73.2.4. Autarquias fundacionais.....	284
73.2.5. Autarquias corporativas.....	284
73.2.6. Autarquias consorciais.....	284
73.3. Critério do modo de atuação.....	284
73.3.1. Autarquias reguladoras.....	285

73.3.2.	Autarquias executivas.....	286
73.3.3.	Autarquias corporativas profissionais	287
74.	Controle autárquico.....	288
74.1.	Controle político.....	288
74.2.	Controle administrativo.....	289
74.3.	Controle financeiro.....	289
74.4.	Controles de juridicidade específicos	289
75.	Administração indireta por pessoas de direito privado – Entidades paraestatais.....	290
76.	Espécies de paraestatais integrantes da administração indireta	292
76.1.	Empresas públicas.....	292
76.2.	Sociedades de economia mista	293
76.3.	Subsidiárias de empresas públicas e sociedades de economia mista	294
76.4.	Fundações públicas.....	295
76.5.	Notas complementares sobre as empresas estatais.....	296
76.6.	Diferenças entre as empresas públicas e as sociedades de economia mista.....	296

Seção III

Administração Associada

77.	Administração associada – Conceito e espécies.....	296
78.	Administração associada paraestatal.....	297
78.1.	Serviços sociais autônomos	298
78.2.	Administração associada paraestatal estadual e municipal.....	298
79.	Administração associada extraestatal.....	299
80.	Entes associados de parceria	299
80.1.	Entes associados em parceria por ajuste contratual.....	301
80.1.1.	A concessão de serviços públicos e de uso de bens públicos.....	301
80.1.2.	A parceria público-privada	301
80.1.3.	A permissão de serviços públicos e de uso de bens públicos	304
80.1.4.	O arrendamento de instalações portuárias.....	304
80.1.5.	O arrendamento operacional.....	305
80.1.6.	A franquia pública.....	305
80.1.7.	A gerência privada de entes públicos.....	306
80.1.8.	A compra de bilheterias	306
80.1.9.	O contrato público de risco	307
80.2.	Entes associados em parceria por ato administrativo.....	307
80.2.1.	Autorização de serviços públicos.....	307
80.2.2.	Autorização portuária	308
80.2.3.	Permissão de uso de bem público	309
80.2.4.	Credenciamento.....	309
80.2.5.	Reconhecimento	310

81.	Entes associados de colaboração.....	310
81.1.	Organizações sociais.....	311
81.2.	Organizações da sociedade civil de interesse público.....	312
81.3.	Fundações de apoio a instituições oficiais de ensino superior	314
81.4.	Fundações de previdência privada.....	314
81.5.	Outras entidades de colaboração.....	314

Capítulo XII

SERVIDORES PÚBLICOS

82.	Conceitos e regimes de servidores públicos.....	317
82.1.	Servidores públicos <i>lato sensu</i>	317
82.2.	Pessoal.....	317
82.3.	Militares.....	317
82.4.	Empregados públicos da Administração Direta e Indireta.....	318
82.5.	Agentes públicos	318
82.6.	Regimes jurídicos.....	318
82.7.	Servidores públicos de fato.....	318

Seção I

Regime Estatutário Civil

83.	Relação jurídica administrativa da função pública.....	320
83.1.	Teorias bilaterais da função pública.....	320
83.2.	Teorias unilaterais da função pública.....	320
84.	Institutos básicos dos estatutos de servidores públicos	321
84.1.	Institutos estatutários doutrinários.....	322
84.1.1.	Servidor público.....	322
84.1.2.	Função pública	322
84.1.3.	Cargo público	323
84.1.4.	Classe.....	323
84.1.5.	Carreira	323
84.1.6.	Grupo ocupacional.....	324
84.1.7.	Quadro	324
84.1.8.	Lotação.....	324
84.2.	Institutos estatutários constitucionais	324
84.2.1.	Normas organizativas.....	325
84.2.2.	Normas de ingresso e desempenho	326
84.2.3.	Normas relativas aos estipêndios.....	329
84.2.4.	Normas relativas ao afastamento.....	335
84.2.5.	Normas de garantia.....	337

85.	Provimento no serviço público.....	341
85.1.	Nomeação.....	342
85.2.	Promoção.....	343
85.3.	Ascensão.....	343
85.4.	Transferência.....	344
85.5.	Substituição.....	344
85.6.	Readmissão.....	345
85.7.	Reintegração.....	345
85.8.	Aproveitamento.....	346
85.9.	Reversão.....	346
85.10.	Readaptação.....	346
85.11.	Transformação e reclassificação.....	347
85.12.	Recondução.....	347
86.	Desprovimento no serviço público.....	347
86.1.	Exoneração.....	348
86.2.	Demissão.....	349
86.3.	Aposentadoria.....	349
86.4.	Falecimento.....	349
87.	Direitos dos servidores públicos.....	349
87.1.	Direito à função pública.....	350
87.2.	Direito ao exercício.....	350
87.3.	Direitos que se fundam no exercício.....	350
87.4.	Direitos ao amparo social e à dignidade do <i>status</i>	350
88.	Espécies remuneratórias.....	350
89.	Deveres dos servidores públicos.....	352
89.1.	Deveres internos.....	353
89.1.1.	Lealdade.....	353
89.1.2.	Obediência.....	353
89.1.3.	Assiduidade.....	353
89.1.4.	Dedicação ao serviço.....	354
89.1.5.	Sigilo.....	354
89.1.6.	Residência.....	354
89.1.7.	Urbanidade.....	355
89.1.8.	Probidade.....	355
89.2.	Deveres externos.....	356
89.2.1.	Boa conduta.....	356
89.2.2.	Sujeição aos impedimentos funcionais.....	356
89.2.3.	Proibição de intermediação.....	356
90.	Responsabilidade dos servidores públicos.....	357
90.1.	Responsabilidade administrativa.....	357
90.2.	Responsabilidade civil.....	358
90.3.	Responsabilidade criminal.....	359

91.	Responsabilização dos servidores públicos.....	359
91.1.	Meios internos.....	360
91.1.1.	Processo administrativo disciplinar.....	360
91.1.2.	Processos disciplinares sumários.....	361
91.1.3.	Representação administrativa sobre improbidade.....	361
91.2.	Meios externos.....	361
91.2.1.	Processo civil ordinário.....	361
91.2.2.	Processo preparatório de sequestro.....	362
91.2.3.	Processo de perdimento de bens.....	362
91.2.4.	Processo penal comum.....	362
91.2.5.	Processo parlamentar de crime de responsabilidade.....	362
91.2.6.	Processo penal de crime de responsabilidade.....	363
91.2.7.	Petição contra ilegalidade ou abuso de poder.....	364
91.2.8.	Processo de responsabilidade penal nos casos de abuso de autoridade.....	364

Seção II

Regime Estatutário Militar

92.	Generalidades do regime estatutário militar.....	365
92.1.	Estatuto das corporações militares.....	365
92.2.	Patentes militares.....	365
92.3.	Proibição absoluta de acumular.....	365
92.4.	Proibição de sindicalização e de greve.....	366
92.5.	Proibição de filiação a partidos políticos.....	366
92.6.	<i>Habeas corpus</i>	366
92.7.	Proventos e pensões.....	366
92.8.	Teto remuneratório, vedação de vinculação ou equiparação de quaisquer espécies remuneratórias, inacumulabilidade de acréscimos pecuniários para fins de concessão de acréscimos ulteriores e irredutibilidade remuneratória.....	366
92.9.	Direitos sociais.....	366
93.	Organização militar.....	367
93.1.	Fundamentos da organização militar.....	367
93.2.	Peculiaridades do regime estatutário militar.....	368
93.2.1.	Atividade e inatividade.....	369
93.2.2.	Ingresso e egresso.....	369

Seção III

Regime de Natureza Administrativa Contratual e Temporário

94.	Contratados por tempo determinado.....	370
-----	--	-----

Seção IV

Regime de Natureza Trabalhista

95. Contratados trabalhistas	371
------------------------------------	-----

Capítulo XIII**DOMÍNIO PÚBLICO**

Seção I

Domínio do Estado

96. Conceitos básicos sobre o domínio do Estado e os regimes jurídicos de bens	375
96.1. Domínio eminente e soberania.....	375
96.2. Propriedade.....	376
96.3. Fundamentos do regime geral de bens.....	376
96.4. Domínio público patrimonial	376
96.5. <i>Res nullius</i>	377
97. Manifestação do domínio eminente.....	377
98. Bens públicos e suas classificações.....	378
98.1. Princípio da indisponibilidade dos bens públicos	378
98.2. Classificações dos bens públicos.....	379
98.2.1. Classificação quanto à titularidade.....	379
98.2.2. Classificação quanto à utilização	380
98.2.3. Classificação quanto à destinação original.....	381
98.2.4. Classificação quanto à disponibilidade.....	381
98.2.5. Classificação quanto à natureza física	382
99. Afetação, desafetação e alienação de bens públicos	382
99.1. Afetação e desafetação de bens públicos	382
99.2. Alienação de bens públicos	383
99.3. Modalidades de alienação de bens públicos	384
99.3.1. Formas contratuais	384
99.3.2. Formas não contratuais	384
100. Utilização de bens públicos por particulares	385
100.1. Utilização comum.....	385
100.2. Utilização especial.....	386
100.2.1. Reconhecimento	386
100.2.2. Licença	386
100.2.3. Autorização	387
100.3. Utilização privativa.....	387
100.3.1. Modalidades unilaterais.....	388
100.3.2. Modalidades contratuais.....	389
100.3.3. Modalidades complexas.....	391

Seção II

Domínio Terrestre

101. Terras públicas.....	392
102. Terras da União.....	393
102.1. Terras devolutas da União	393
102.2. Ilhas da União.....	393
102.3. Terrenos de marinha.....	394
102.4. Praias.....	394
102.5. Terrenos marginais	394
102.6. Terras tradicionalmente ocupadas pelos índios.....	395
103. Outros bens do domínio terrestre da União	395
103.1. Os recursos naturais da plataforma continental e da zona econômica exclusiva.....	395
103.2. Os potenciais de energia hidráulica e os recursos minerais, inclusive os do subsolo	396
103.3. As cavidades naturais subterrâneas e os sítios arqueológicos e pré-históricos...	396
103.4. A faixa de fronteira.....	397
103.5. As terras necessárias às vias federais de comunicação	397
104. Domínio terrestre dos Estados.....	397

Seção III

Domínio Hídrico

105. Regime das águas.....	398
105.1. Partilha hídrica.....	398
105.2. Competência hídrica	398
106. Classificação do domínio hídrico e situação das águas.....	399
106.1. Classificações do domínio hídrico	399
106.2. Situação das águas.....	400
106.2.1. Águas externas.....	400
106.2.2. Águas internas.....	400
107. Domínio e uso das águas internas.....	401
107.1. Águas públicas.....	401
107.2. Águas comuns	401
107.3. Águas particulares	402
107.4. Águas pluviais e subterrâneas	402
108. Álveo abandonado e derivação	402

Seção IV

Domínio Aéreo

109. Regime da ocupação do espaço aéreo.....	403
110. Regime da navegação aérea e aeroespacial	404

Capítulo XIV**O DOMÍNIO PRIVADO E O ESTADO**

111. Intervenção na propriedade e intervenção econômica.....	407
112. A propriedade privada e o estado.....	409
113. Classificação dos instrumentos jurídicos da intervenção do Estado na propriedade e atividades privadas.....	411
113.1. Quanto ao motivo.....	411
113.2. Quanto à extensão sobre o objeto.....	411
113.3. Quanto à abrangência.....	412
113.4. Quanto à onerosidade.....	412
113.5. Quanto à duração.....	412
113.6. Quanto ao exercício.....	412
113.7. Quanto à executoriedade.....	412
113.8. Quanto ao grau de sacrifício imposto.....	413
114. Institutos de intervenção administrativa ordinatória na propriedade e nas atividades privadas em espécie.....	413
114.1. Ocupação temporária.....	413
114.2. Requisição.....	414
114.3. Limitação administrativa.....	415
114.4. Servidão administrativa.....	417
114.5. Tombamento.....	418
114.6. Desapropriação.....	418
114.6.1. Natureza jurídica.....	419
114.6.2. Espécies.....	419
114.6.3. Formas.....	421
114.6.4. Declaração expropriatória.....	422
114.6.5. Objeto da desapropriação.....	423
114.6.6. Indenização.....	424
114.6.7. Tredestinação.....	425
114.6.8. Desapropriação indireta.....	425
114.6.9. Desapropriação por zonas.....	426
114.6.10. Desapropriação de imóvel rural, por interesse social, para fins de reforma agrária.....	426
115. Institutos de intervenção administrativa sancionatória sobre a propriedade e as atividades privadas em espécie.....	426
115.1. Conceito.....	426
115.2. Espécies de atos administrativos de intervenção sancionatória.....	427
115.2.1. Multa.....	428
115.2.2. Interdição.....	428

115.2.3. Destruição de coisas.....	429
115.2.4. Confisco ou perda de bens.....	429
116. Confronto e deslinde prático entre institutos afins de intervenção na propriedade e nas atividades privadas	431
116.1. Extremado a ocupação temporária.....	431
116.2. Extremado a requisição.....	432
116.3. Extremado a limitação administrativa	433
116.4. Extremado a servidão administrativa.....	433
116.5. Extremado o tombamento.....	434
116.6. Extremado a desapropriação.....	434
116.7. Extremado os institutos da intervenção administrativa sancionatória.....	434

Capítulo XV

POLÍCIA

117. Conceito.....	437
--------------------	-----

Seção I

Polícia Administrativa

118. Conceito e classificação da polícia administrativa.....	439
119. Atuação da polícia administrativa.....	440
119.1. Ordem de polícia.....	440
119.2. Consentimento de polícia	441
119.3. Fiscalização de polícia	443
119.4. Sanção de polícia.....	443
120. Campos de atuação da polícia administrativa	444
120.1. Segurança.....	444
120.2. Salubridade.....	444
120.3. Decoro.....	445
120.4. Estética	445
121. Setores de atuação da polícia administrativa	445
121.1. Polícia de costumes.....	446
121.2. Polícia da comunicação	446
121.3. Polícia sanitária	447
121.4. Polícia de viação	448
121.5. Polícia do comércio e da indústria.....	449
121.6. Polícia das profissões	450
121.7. Polícia ambiental.....	451
121.8. Polícia de estrangeiros.....	452
121.9. Polícia edilícia.....	453

Seção II

Direito Administrativo da Segurança

122.	Conceitos de ordem pública e de segurança pública.....	453
122.1.	A ordem	453
122.2.	A segurança	454
122.3.	Fatores de insegurança	454
122.4.	Direito administrativo da segurança.....	455
123.	Segurança externa, segurança interna e segurança pública.....	456
123.1.	Segurança externa e interna	456
123.2.	Segurança pública	458
123.3.	Prevenção e repressão.....	458
124.	Prevenção e repressão na segurança externa	458
125.	Prevenção e repressão na segurança interna.....	459
125.1.	Segurança interna e articulações de seus setores.....	459
125.2.	Polícia administrativa de segurança pública	460
125.3.	Repressão policial na segurança pública.....	461
126.	Repressão política na segurança interna.....	462
127.	Repressão judiciária na segurança interna.....	463
128.	Repressão militar na segurança interna	464
129.	Instrumentos jurídicos da repressão político-militar.....	465
129.1.	Instrumentos políticos da repressão militar.....	465
129.1.1.	O estado de defesa	465
129.1.2.	O estado de sítio.....	465
129.1.3.	A intervenção federal.....	466
129.2.	Instrumentos político-administrativos da repressão militar.....	466
129.2.1.	Mobilização	466
129.2.2.	Requisição militar	466
129.2.3.	Serviço militar	467

Capítulo XVI

SERVIÇOS PÚBLICOS

130.	Conceito de serviços públicos.....	469
131.	Os princípios informativos específicos dos serviços públicos.....	471
131.1.	Princípio da generalidade	471
131.2.	Princípio da continuidade.....	471
131.3.	Princípio da regularidade.....	472
131.4.	Princípio da eficiência	472
131.5.	Princípio da atualidade.....	472
131.6.	Princípio da segurança	473

131.7. Princípio da cortesia	473
131.8. Princípio da modicidade.....	474
132. Competência para a execução de serviços públicos.....	475
133. Partilha constitucional da competência instituidora.....	475
133.1. Serviços públicos federais	475
133.2. Serviços públicos estaduais.....	476
133.3. Serviços públicos municipais.....	476
134. Formas de prestação dos serviços públicos.....	476
134.1. Prestação direta.....	477
134.2. Prestação indireta	477
134.2.1. Prestação autárquica.....	478
134.2.2. Prestação paraestatal	478
134.2.3. Prestação contratual	478
134.2.4. Prestação complexa.....	478
134.2.5. Prestação unilateral.....	479
135. Concessão de serviços públicos.....	480
135.1. Histórico	480
135.2. Natureza.....	483
135.3. Características.....	483
135.4. Cláusulas contratuais.....	484
135.5. Princípios constitucionais setoriais atinentes à concessão de serviços públicos.....	484
135.5.1. Princípio da licitação	484
135.5.2. Princípio da contratação	486
135.5.3. Princípio da participação dos usuários.....	486
135.5.4. Princípio da tarifa política.....	487
135.5.5. Princípio do serviço adequado	487
135.6. A tarifa.....	487
135.7. A retomada do serviço público concedido	489
135.7.1. Reversão.....	489
135.7.2. Anulação.....	489
135.7.3. Encampação	490
135.7.4. Caducidade.....	490
135.7.5. Rescisão.....	491
135.7.6. Distrato	491
135.7.7. Renúncia	491
135.7.8. Desfazimento por força maior	492
135.8. Agências reguladoras de serviços públicos.....	492
136. Permissão de serviços públicos.....	494
137. Execução de obras públicas integradas	495

Capítulo XVII
ORDENAMENTO ECONÔMICO

138. Conceito e classificação	497
138.1. Princípios gerais da ordem econômica	498
138.2. Conceito de ordenamento econômico.....	499
138.3. Modalidades de atuação	499

Seção I

Regimes Especiais de Bens

139. Regime dos recursos minerais	500
139.1. Sistemas de riquezas minerais.....	500
139.2. Sistemas adotados no Brasil.....	501
139.3. Institutos básicos do Direito da Mineração	502
139.3.1. Conceitos técnicos	502
139.3.2. Pesquisa mineral	502
139.3.3. Exploração e seus regimes específicos.....	502
139.3.4. Minas.....	503
139.3.5. Direito do proprietário do terreno.....	503
139.3.6. Empresas de mineração.....	504
140. Regime dos potenciais de energia hidráulica.....	504
140.1. Regime livre	505
140.2. Regime de autorização.....	505
140.3. Regime de concessão	505
140.4. Regime paraestatal.....	506
141. Regime das florestas.....	506
141.1. Competência	506
141.2. Regime de preservação e exploração florestal	507
141.3. Polícia florestal.....	507
141.4. Política florestal.....	508
141.5. Gestão de florestas públicas	508
142. Regime da caça	510
143. Regime da pesca	511
144. Regime administrativo da propriedade intelectual	512
145. Restrições de natureza econômica a estrangeiros	514

Seção II

Ordenamento Financeiro

146. Conceito de ordenamento financeiro	515
147. Regime monetário e creditício.....	516

147.1. Instituições financeiras.....	517
147.2. Fiscalização e sanção.....	518
148. Regime de capitais.....	519
149. Regime dos seguros privados.....	521
149.1. Regime geral.....	521
149.2. Regimes especiais de seguros.....	523

Seção III

Intervenção Econômica

150. Conceito e classificação tipológica da intervenção econômica	523
150.1. Conceito de intervenção econômica.....	523
150.2. Classificação dos instrumentos de intervenção econômica	524
150.3. Intervenção regulatória.....	525
150.3.1. Regulação dos investimentos de capital estrangeiro e de remessa de lucros	525
150.3.2. Ordenação do transporte aéreo, aquático e terrestre	525
150.3.3. Regulação restritiva da propriedade de empresa jornalística e de radiodifusão sonora ou de som e imagens	526
150.3.4. Regulação restritiva de participação de pessoa jurídica no capital social de empresa jornalística ou de radiodifusão.....	526
150.3.5. Regulação da venda e revenda de combustíveis de petróleo, álcool carburante e outros combustíveis derivados de matérias-primas renováveis	526
150.3.6. Regulação da produção e comércio de material bélico	526
150.4. Intervenção concorrencial.....	527
150.5. Intervenção monopolista.....	529
150.5.1. Petróleo	530
150.5.2. Minérios nucleares.....	531
150.6. Intervenção sancionatória	533
150.6.1. Repressão ao abuso do poder econômico	533
150.6.2. Responsabilidade da empresa por atos praticados contra a ordem econômica e financeira e contra a economia popular.....	535
150.6.3. Parcelamento ou edificação compulsórios de solo urbano não edificado, subutilizado ou não utilizado.....	535
150.6.4. Aplicação metafiscal do imposto sobre propriedade predial e territorial urbana	536
150.6.5. Desapropriação de solo urbano não edificado, subutilizado ou não utilizado, em caráter sancionatório e corretivo	536
150.6.6. Desapropriação de imóvel rural que não esteja cumprindo a sua função social.....	536
150.6.7. Defesa do consumidor.....	537

Capítulo XVIII
ORDENAMENTO SOCIAL

151. Conceito e classificação do ordenamento social	541
151.1. Ordem social	541
151.2. Conceito administrativo de função de ordenamento social	542

Seção I

O Homem – Direito Administrativo Social

152. Ordenamento social da educação e do ensino	544
152.1. Competência	544
152.2. Princípios constitucionais do ensino	545
152.3. Sistema infraconstitucional	546
153. Ordenamento social do trabalho	548
153.1. Noções gerais sobre o Direito Administrativo do Trabalho	548
153.2. Conteúdo e competência legislativa	549
153.3. Instituições administrativas do trabalho	549
153.4. Competência administrativa federal	552
154. Ordenamento da seguridade social	552
155. Ordenamento social da saúde	553
156. Ordenamento da previdência social	554
157. Ordenamento da assistência social	556
158. Ordenamento social do índio	559

Seção II

O Ambiente – Direito Administrativo Ambiental

159. O ambiente e o Direito	559
160. Ecologia e Direito Ecológico	561
161. Atividades de ordenamento social do meio ambiente	562
162. Urbanismo e Direito Urbanístico	563
163. Disposição e uso do solo	566
163.1. Zoneamento	566
163.2. Parcelamento: loteamento e desmembramento	568
163.2.1. Loteamento	568
163.2.2. Desmembramento	569
164. Projetos urbanísticos e edificações	569
164.1. Projetos urbanísticos	569
164.2. Limitações edilícias	570
164.2.1. Limitações de proteção ao domínio público	571

164.2.2. Limitações de segurança.....	571
164.2.3. Limitações de higiene e salubridade.....	571
164.2.4. Limitações de estética.....	572
164.2.5. Limitações de funcionalidade urbana.....	572
164.3. Licença urbanística.....	574
164.4. Demolições.....	575

Capítulo XIX

FOMENTO PÚBLICO

165. Generalidades, conceito e classificação do fomento público.....	577
165.1. Acesso ao progresso individual e coletivo.....	577
165.2. Conceito de fomento público.....	578

Seção I

Planejamento Estatal

166. O planejamento para o desenvolvimento.....	580
166.1. Breve histórico do planejamento de Estado.....	580
166.2. Planejamento de Estado no Brasil.....	581
167. Desenvolvimento regional.....	582
168. Atividade econômica suplementar do Estado à iniciativa privada.....	585
168.1. Generalidades sobre a suplementaridade setorial.....	585
168.2. As empresas estatais.....	585
168.3. Desestatização e privatização.....	587

Seção II

Fomento Social – O Homem

169. O homem e o fomento público social.....	588
170. Fomento público social da educação, da pesquisa e da informação.....	589
171. Fomento público social do trabalho.....	590
171.1. Setor industrial.....	591
171.2. Setor comercial.....	591
171.3. Setor rural.....	591
172. Fomento público social da cultura, do lazer, dos desportos e do turismo.....	592
172.1. Fomento cultural.....	592
172.2. Fomento do turismo.....	592
173. Fomento público social ambiental.....	593
174. Fomento público social rural e reforma agrária.....	595

Seção III

Fomento Econômico – A Empresa

175. Fomento público econômico e a empresa	596
175.1. A empresa	596
175.2. Fomento cooperativo.....	596
175.3. Fomento às empresas de pequeno porte	597
176. Fomento público de atividades econômicas primárias.....	598
176.1. Fomento agropecuário	598
176.2. Fomento da pesca.....	599
176.3. Fomento da produção mineral	599
177. Fomento público científico e tecnológico.....	599
178. Fomento público financeiro e creditício	601
178.1. Sistemas de financiamento público.....	601
178.2. Sistemas de financiamento público de projetos integrados	602

Seção IV

Fomento Institucional

179. Setor público não estatal.....	604
179.1. Desmonopolização do Poder.....	604
179.2. Despolitização de interesses públicos	606
179.3. Pluralização de interesses.....	606
179.4. Entes intermédios	607
180. Fomento público à administração associada.....	609
180.1. Organizações sociais.....	609
180.2. Organizações da sociedade civil de interesse público.....	611

Capítulo XX

CONTROLE DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

181. Generalidades sobre o controle da administração pública.....	613
181.1. O interesse público.....	613
181.2. Expressão política do interesse público e legitimidade.....	614
181.3. Expressão jurídica do interesse público e legalidade	614
182. Generalidades sobre os controles de legitimidade e de legalidade.....	615
182.1. Controle de legitimidade.....	617
182.2. Controle de legalidade.....	619
182.3. Os campos de atuação do controle.....	621

Seção I

O Controle Administrativo

183. Conceito de controle administrativo.....	621
183.1. Controle administrativo de legitimidade	621
183.2. Controle administrativo de legalidade.....	622
183.3. O controle como função administrativa	622
184. Atuação e instrumentos do controle administrativo	623
184.1. Modalidades de atuação do controle administrativo.....	623
184.2. Instrumentos para atuação do controle administrativo	625
184.2.1. Direito de petição	625
184.2.2. Reclamação relativa à prestação dos serviços públicos.....	625
184.2.3. Recursos em processos administrativos	625
185. Autocontrole contábil, financeiro, orçamentário, operacional e patrimonial interno ...	626
186. O controle pelo processo administrativo	628

Seção II

O Controle Parlamentar

187. Conceito de controle parlamentar.....	630
188. Modalidades de controle parlamentar	631
188.1. Controle parlamentar direto preventivo por plenários legislativos	631
188.2. Controle parlamentar direto repressivo por plenários legislativos	632
188.3. Controle parlamentar direto preventivo pelas comissões congressuais	632
188.4. Controle parlamentar indireto preventivo e repressivo	633
189. Controle contábil, financeiro, orçamentário, operacional e patrimonial externo	633

Seção III

O Controle Judiciário

190. Contencioso administrativo material	635
190.1. Injuridicidade objetiva e injuridicidade subjetiva	636
190.2. O julgamento da matéria contenciosa administrativa.....	637
191. Escala de juridicidade	638
191.1. Sistema normativo positivo brasileiro	638
191.2. A inconstitucionalidade	640
191.3. Níveis e soluções de controle infraconstitucional.....	640
191.3.1. A ilegalidade	641
191.3.2. A irregulamentaridade	641
192. Soluções corretivas do controle judiciário.....	642

193. O Estado em juízo.....	643
193.1. Designação em juízo.....	644
193.2. Foro	644
193.3. Representação	644
193.4. Prova	645
193.5. Prazos.....	645
193.6. Duplo grau de jurisdição	646
193.7. Despesas judiciais	646
193.8. Precatório	646
193.9. Prescrição	647
193.10. Outras peculiaridades processuais e não processuais	647
194. Responsabilidade patrimonial do Estado e de prestadores de serviços públicos	648
194.1. Histórico e teorias sobre a responsabilidade patrimonial do Estado.....	648
194.1.1. Primeira fase: da irresponsabilidade	649
194.1.2. Segunda fase: da responsabilidade civilística	649
194.1.3. Terceira fase: da responsabilidade publicística.....	649
194.2. Regime constitucional da responsabilidade patrimonial do Estado.....	650
194.2.1. Danos causados por agentes públicos	650
194.2.2. Direito de regresso	651
194.3. Danos causados por abuso de autoridade.....	651
194.4. Danos causados por ato legislativo	651
194.5. Danos causados por ato judiciário.....	652

Seção IV

Os Meios de Controle Judiciário

195. Generalidades sobre o controle judiciário	653
196. Meios inespecíficos de controle judiciário.....	655
196.1. Meios ordinários	655
196.1.1. Ação ordinária.....	655
196.1.2. Ação penal.....	656
196.2. Meios especiais.....	656
196.2.1. Interditos possessórios	656
196.2.2. Ação de nunciação de obra nova.....	657
196.2.3. Ação de consignação em pagamento.....	657
197. Meios específicos de controle judiciário de provocação do Estado	657
197.1. Execução fiscal	658
197.2. Ação de desapropriação.....	659
197.3. Ação de intervenção de defesa econômica.....	660
197.4. Ação discriminatória de terras devolutas	661
197.5. Ação de dissolução de sociedades ilícitas.....	661
197.6. Ação de renda e indenização por trabalhos de pesquisa mineral.....	662

198. Meios específicos de controle judiciário de provocação do administrado	663
198.1. <i>Habeas corpus</i>	663
198.2. Mandado de segurança	664
198.2.1. Histórico	665
198.2.2. Objeto	665
198.2.3. Motivo	666
198.2.4. Parte ativa	666
198.2.5. Parte passiva	667
198.2.6. Medida liminar	667
198.2.7. Defesa	669
198.2.8. Direito líquido e certo	669
198.2.9. Ilegalidade ou abuso de poder	669
198.2.10. Procedimento	670
198.2.11. Coisa julgada	670
198.3. Mandado de segurança coletivo	671
198.4. Ação popular	671
198.4.1. Sujeito ativo	672
198.4.2. Sujeito passivo	672
198.4.3. Ato lesivo	672
198.4.4. Valores tutelados	673
198.4.5. Procedimento	673
198.4.6. Sentença	673
198.5. <i>Habeas data</i>	674
198.6. Mandado de injunção	674
198.7. Ação penal privada subsidiária nos crimes de ação pública	676
199. Meios específicos de controle judiciário de provocação comum do Estado e dos administrados	676
199.1. Ação direta de inconstitucionalidade	677
199.2. Ação declaratória de constitucionalidade	678
199.3. Conflito de atribuições	679
199.4. Ação civil pública	680
199.5. Reclamação para preservação de competência e garantia da autoridade de decisões do Supremo Tribunal Federal e do Superior Tribunal de Justiça	680
199.6. Arguição de descumprimento de preceito fundamental de competência exclusiva do Supremo Tribunal Federal	680
199.7. Reclamação contra ato administrativo ou decisão judicial que contrariar súmula aplicável ou que indevidamente a aplicar	681
199.8. Ação de improbidade administrativa	682
200. Execução de sentença contra a administração	683
Índice onomástico	687
Índice alfabético-remissivo	693